5

Conclusão

Este capítulo é um retorno aos argumentos inspiradores de minha pesquisa. Pretendo criar um diálogo entre Wanderley Guilherme dos Santos (1993), Vera da Silva Telles (1994), Evelina Dagnino (1994) e minhas próprias observações. Creio que há complementaridade em suas visões, ainda que em relação aos movimentos sociais da década de 1990 haja uma divergência crucial entre a leitura a respeito dos mesmos de Santos e a das demais autoras. Com isso, objetivo suscitar um sentido histórico às mudanças sociais que ocorreram na democracia brasileira e provocar o aprofundamento do debate acerca dos partidos políticos e sua capacidade de ouvir as reivindicações sociais. Vale ressaltar que os textos que dão sustentação ao diálogo proposto foram escritos no início da década de 1990.

Feito este preâmbulo, passo a abordar dois pontos que considero importantes no pensamento de Santos. O primeiro diz respeito à constituição no Brasil de sujeitos políticos antes mesmo da formação dos partidos nacionais, uma vez que as identidades políticas do empresariado e do operariado se formaram a partir de uma política tipicamente burocrática empreendida pelo Estado pós-Golpe de 1937, por meio de instituições disciplinadoras. Tais identidades adquiriram grande habilidade na “política de corredor” e nas negociações de cúpula, e se constituem avessas aos partidos políticos locais. Estes, por sua vez, só se consolidaram nacionalmente após a Segunda Guerra Mundial, quando iniciaram a restauração do processo político competitivo em 1946. Até 1964, os conflitos entre a política burocrático-tecnocrática e a política parlamentar caracterizaram o período. Se, por um lado, a primeira era vulnerável à distribuição desigual de recursos políticos, por outro, a segunda possuía escassos poderes para controlar a “outra parte” do sistema. Tal duelo reflete-se, por exemplo, na aprovação ou recusa de medidas, tendo em vista os dividendos eleitorais que poderiam ser angariados pelos partidos.

No entanto, as grandes transformações econômicas e sociais ocorridas no Brasil durante o período autoritário acabaram por gerar também mudanças institucionais significativas. Tanto empresariado quanto operariado redefiniram

suas identidades, ocasionando uma explosão de grupos e associações, que pluralizaram de forma vigorosa a sociedade. É nesse momento que surge o sindicalismo rural e a constituição de associações de classe média, de liberais, entre outras. Não foi, portanto, a atuação dos partidos que mobilizou os diversos segmentos sociais, inserido-os na disputa política. Esse papel coube ao Estado, por meio de suas políticas redistributivas, de cunho social e trabalhista, que incorporaram e domesticaram, conforme Santos pontua, o empresariado e as classes trabalhadoras, que poderiam dessa forma prescindir dos partidos. Após o “filtro” de suas demandas realizado pela burocracia, estas chegavam ao sistema político formal “adormecidas”. A consequência revela-se no divórcio prático entre o processo político-partidário e a competição empresariado/trabalhadores, que gerou grande instabilidade nas instituições políticas formais até a década de 1970.

O segundo ponto a ressaltar trata dos pré-requisitos para a constituição de uma poliarquia sólida. São eles:

- a) acumulação material continuada;
- b) urbanização acentuada;
- c) constituição de grupos de interesses, limitados mutuamente, e que participam do controle do governo e da elaboração de políticas públicas.

Para o autor, com base em dados empíricos, tais condições foram atendidas apropriadamente pela sociedade brasileira. Ora, se a instabilidade não pode ser entendida por alguma “falha” na construção poliárquica, deve, então, ser atribuída, ainda que parcialmente, ao que denominou hobbesianismo social poliforme, assim caracterizado:

- a) luta pelo acesso ao Poder Público como caminho alternativo para a acumulação de riqueza privada, inclusive por meios ilícitos;
- b) forte alienação e indiferença às disputas políticas, aos políticos, aos partidos e mesmo a sindicatos e associações por parte da sociedade, denunciando um estado de atomização: uma sociedade que demanda pouco ao Estado dada a descrença na eficácia de suas instituições, ainda que vítima de violências de toda ordem – públicas e privadas –, porém que nega a existência de tais conflitos como

estratégia de preservação por sua própria conta de um mínimo de dignidade, ou, quando não nega, tenta resolvê-los sem acionar o Estado;

c) reconhecimento da ausência de reciprocidade entre o que se faz e o que se recebe da sociedade, dada a elevada velocidade na qual o Brasil vem se transformando, o que gera um forte sentimento de impotência perante a vida e a corrosão das normas de convivência social, conduzindo o homem ao velho estado da natureza – o homem é o lobo do homem –, com a diluição dos laços de solidariedade, recusa ao convívio social e a conseqüente destituição de um caráter positivo à arena pública, reduzindo-a ao conflito ou à indiferença.

Tem-se, portanto, um híbrido em que formas poliárquicas e não poliárquicas convivem em uma mesma sociedade. Diante desse contexto sombrio, Santos reitera a afirmação de que no Brasil não existe cultura cívica¹ “positiva” – a cultura é predatória –, apenas natureza cívica, impossibilitando que os “novos” grupos de interesses conquistem mobilização efetiva da sociedade.

Em contraposição, a análise empírica apresentada por este trabalho indica um cenário diferenciado, em que, por um lado, há uma certa interlocução entre o Poder Público e o Movimento LGBT, sinalizada pelos trabalhos legislativos e pelo estabelecimento de políticas públicas. Por outro, tem-se um Movimento que atua organizadamente por meio de diversas estratégias políticas, entre elas de visibilidade e de *lobby*. Um Movimento que, ao realizar a Parada do Orgulho LGBT, consegue mobilizar milhões de pessoas, distanciando-se do que Santos denomina movimentos “de superfície”. Aproximando-se de meu ponto de vista, defendido nos capítulos três e quatro, Vera da Silva Telles e Evelina Dagnino perceberam o adensamento do debate público com o surgimento de “novos” movimentos sociais, sujeitos com potencialidade para a constituição de uma nova gramaticalidade social baseada na consciência do direito a ter direitos e no reconhecimento do outro como detentor de direitos legítimos.

Telles (1994) aborda em seu texto *Sociedade civil e a construção de espaços públicos* as possibilidades de a cidadania se consolidar no Brasil. Logo de início, a autora deixa claro que não está considerando a sociedade como “pólo da virtude política” (Telles, 1994, p. 93). Muito pelo contrário, sua percepção é coincidente com o retrato apresentado por Santos. E ela ainda reforça um outro

¹ Entendida pelo autor como o conjunto de crenças e expectativas que os indivíduos possuem em relação a si, ao governo e aos seus concidadãos.

aspecto que denominou *apartheid* social, ou seja, das grandes desigualdades sociais existentes no País, que, quando não justificam privilégios, transfiguram as desigualdades na ordem natural das coisas. Tais desigualdades, para a autora, parecem obstruir até mesmo a constituição de uma linguagem comum e, conseqüentemente, a interlocução de interesses na esfera pública.

A cidadania torna-se um problema histórico, político, teórico e atual, dadas as mudanças pelas quais a sociedade e o mundo estão passando, com sua complexificação, heterogenização e diferenciação, de forma que novas clivagens atravessam transversalmente a estrutura de classes, rompendo com as tradicionais identidades daí decorrentes e suscitando muitas outras em uma explosão de interesses plurais.

Sua análise parte da discussão da sociedade brasileira para problematizar a questão dos direitos, entendidos como “práticas, discursos e valores que afetam o modo como desigualdades e diferenças são figuradas no cenário público, como interesses se expressam e os conflitos se realizam” (Telles, 1994, p. 91).

Com isso, portanto, fica claro que a autora não está limitando sua análise apenas às garantias definidas nas leis e instituições democráticas. O registro é outro e, ao partir da dinâmica social, pretende dar conta da forma como as relações sociais se estruturam, uma vez que o reconhecimento dos direitos individuais e coletivos implica uma sociabilidade que reconhece o outro como sujeito de interesses legítimos. Nas suas palavras,

os direitos operam como princípios reguladores das práticas sociais, definindo as regras das reciprocidades esperadas na vida em sociedade através da atribuição mutuamente acordada (e negociada) das obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas de cada um (Telles, 1994, p. 92).

Trata-se de uma gramática civil que norteia as relações sociais e que oferece uma medida de justiça, passível de questionamento e reformulação em face do jogo de interesses, das disputas sociais, sem, no entanto, perder sua coerência aos critérios por vezes implícitos nas prescrições legais, e que vão embasar o que é legítimo, permitido, obrigatório e seus opostos. Essa gramática baliza, portanto, a problematização e o julgamento dos diversos dramas da existência nas suas exigências de equidade e justiça, para além das garantias formais. Nessa dinâmica, espaços públicos nos quais as diferenças possam se expressar e se articular também são requeridos. Espaços de circulação e debate de opiniões. Locais em

que a moralidade pública possa se constituir mediante a convivência democrática das diferenças e conflitos daí implicados.

Telles salienta que é por esse ângulo que talvez se possa situar a importância das lutas e movimentos sociais da atualidade, uma vez que são agentes de mudança na gramática social a partir de uma consciência de que se tem direito a ter direitos. Conforme Telles, o *apartheid* social vem dando lugar a uma nova conflituosidade que perpassa todas as dimensões da vida social e está

(a)ncorada em contextos societários diversos e particularizados, é uma litigiosidade que transborda o ordenamento legal estabelecido, implode a tipificação jurídica clássica e monta arenas autonomizadas dos poderes normativos do Estado, de tal forma que, cada vez mais, conflitos de interesses se resolvem através de mecanismos informais de arbitragem e negociação, numa prática em que se combinam livre interpretação dos princípios da lei, transgressão consentida de normas legais e produção de uma legalidade informal com uma jurisdição própria e localizada (Telles, 1994, p. 95).

Essa conflituosidade redefine, portanto, as relações entre Estado, economia e sociedade, apresentando questões novas e riscos imprevisíveis, dadas as assimetrias de posições e poder dos interlocutores envolvidos. Nesse ponto, a autora volta a se aproximar da visão de Santos, no tocante à sua percepção de que os conflitos porventura não negados são enfrentados pela sociedade de modo informal, à parte das instituições democráticas do Estado; o comportamento social é predatório, há corrupção, impunidade, violência.

Para além desse quadro, Telles ressalta o que chamou de “nova pobreza” (Telles, 1994, p. 98): uma nova exclusão social na qual se sobrepõe ausência de perspectivas de futuro e do sentido de pertinência à vida social, à precária integração ao mercado econômico.

Por outro lado, é nessa mesma dinâmica de conflitos que esperanças de cidadania e generalização de direitos podem ancorar. Afinal, uma nova contratualidade empreendida pela lutas populares e urbanas ganha espaço. Nesta, a legalidade é construída:

- a) nas formas negociadas de arbitragem de conflitos, em que impera uma jurisprudência informal, que, a partir de critérios de justiça substantiva, reinterpreta princípios legais e acaba por criar novos direitos;
- b) nas relações entre movimentos organizados e Estado, deslocando as velhas práticas de mandonismo, clientelismo e assistencialismo, em espaços públicos

múltiplos, na gestão participativa, em formas de negociação nas quais demandas e reivindicações estabelecem as prioridades e responsabilidades na distribuição dos recursos públicos;

c) na reinvenção das “leis da cidade”. É nessa reinvenção que movimentos organizados, entidades civis ou simplesmente cidadãos mobilizados reafirmam direitos e aspirações coletivas como critérios de julgamento e legitimação de atos públicos que afetam suas vidas em múltiplos espaços; e

d) nos diversos fóruns sobre habitação, saúde, direitos humanos, dentre outros, que vêm se realizando e sinalizam questões que devem ser consideradas pela gestão pública.

Como a própria autora infere, para Santos tais fatos correspondem a “movimentos de superfície”, que não atingem grandes maiorias, cujas reivindicações são muito pontuais e particularizadas. Todavia, ainda que nada garanta que essas experiências realmente serão capazes de generalizar e universalizar novas regras do contrato social, a emergência de uma sociedade civil, em que o reconhecimento de direitos e a representação de interesses intermedeiem as relações sociais, de tal forma que seja possível a constituição de espaços públicos capazes de legitimar conflitos e debater permanentemente as medidas de equidade e justiça, não se reduzindo às definições preestabelecidas pelo ordenamento jurídico, se constitui em um cenário promissor.

Evelina Dagnino (1994) parte, pode-se dizer, do ponto em que Telles encerra seu texto. O ponto de partida é a discussão a respeito do que denomina “nova cidadania”. Para a autora, essa nova noção de cidadania aponta para três importantes dimensões: uma diretamente relacionada à experiência dos movimentos sociais, em que a luta por direitos – à igualdade e à diferença – constituiu-se na base fundamental dessa nova noção. A outra dimensão diz respeito à extensão e ao aprofundamento da democracia. E uma terceira encontra-se no fato de que ela organiza uma estratégia democrática, de transformação social, a partir de um nexos constitutivo entre política e cultura.

Incorporando características da sociedade contemporânea, como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, a ampliação do espaço da política, essa é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para a construção democrática. Nesse sentido, a construção da cidadania aponta para a construção e difusão de uma cultura democrática (Dagnino, 1994, p. 104).

Ao abordar o nexos entre cultura e política, Dagnino ressalta a necessidade de se pensar a democracia para além de suas instituições. Trata-se de uma ampliação e aprofundamento da concepção de democracia, de forma a entendê-la inserida nas práticas sociais e culturais hoje permeadas ainda por um *apartheid* social, como Telles também denunciou, e que se baseia em critérios de classe, raça e gênero.

Dagnino apresenta os dados decorrentes de pesquisa em que se perguntou a pessoas com alguma experiência associativa o que era, na opinião delas, o fator mais importante para que um país fosse considerado democrático. Considerando o caráter reivindicatório que marcava a atividade política dos envolvidos, a autora acreditava que a igualdade social e econômica fosse privilegiada nas respostas. Contudo, para sua surpresa, 60,8% dos entrevistados consideraram o tratamento igualitário entre brancos, negros, homens, mulheres, ricos e pobres como o requisito mais importante. Esse resultado indica a percepção clara do autoritarismo social e da hierarquização das relações sociais em que se vive no Brasil.

Com isso, a autora retoma o conceito de cidadania para pensá-lo como estratégia política, o que enfatiza seu caráter de constructo histórico, escapando da discussão a respeito da essência do conceito e relacionando-o à dinâmica das lutas reais tais como experimentadas pela sociedade em um dado momento histórico. Conseqüentemente, a autora defende a necessidade de distinguir entre a “nova cidadania” dos anos 1990 e a visão liberal que gerou esse termo no final do século XVIII.

A concepção de “nova cidadania”, proposta por Dagnino, é bastante polêmica e cheia de discordâncias quanto à sua novidade. Como o objetivo desta pesquisa não é pensar a cidadania como conceito, não pretendo abordar esse debate. É a percepção da realidade que Dagnino aponta como indicadores dessa nova cidadania que me interessa. Sendo assim, ela relaciona cinco itens:

a) A redefinição da idéia de direitos, a partir da concepção do direito a ter direitos.

Essa concepção não se limita portanto a conquistas legais ou ao acesso a direitos previamente definidos, ou à implementação efetiva de direitos abstratos e formais, e inclui fortemente a invenção/criação de novos direitos que emergem de lutas específicas e da sua prática concreta. A disputa histórica é aqui também pela

fixação do significado de direito e pela afirmação de algo enquanto um direito. O direito à autonomia sobre o seu próprio corpo, o direito à proteção ambiental e o direito à moradia são exemplos – propositadamente bastante diferentes – dessa criação de novos direitos. Além disso, acho que é possível afirmar que essa redefinição contempla não só o direito à igualdade, mas também o direito à diferença (Dagnino, 1994, p. 108).

- b) Essa nova cidadania é uma estratégia política dos não-cidadãos, dos excluídos.
- c) O alargamento do âmbito da nova cidadania, que extrapola a aquisição formal-legal de direitos, se constitui também em proposta de uma nova sociabilidade, marcada por relações sociais mais igualitárias.
- d) Transcendência da relação Estado e indivíduo para a inclusão da sociedade civil nessa relação.
- e) Na nova cidadania, o que está em jogo é o direito de participar da própria definição das regras do sistema, o direito de definir aquilo no qual se quer ser incluído e, em última instância, na invenção de uma nova sociedade, seja nas modificações que a obtenção de direitos por parte dos excluídos ocasionará nas atuais relações de poder, seja em práticas recentes de gestão governamental, como o orçamento participativo. Nesse contexto, inserem-se também os movimentos sociais e seu esforço de adequação à institucionalidade democrática, afastando-se, portanto, de suas estratégias originais, ou seja, de atuação contra o Estado, de competição com o mesmo, entre outras. Mais do que, portanto, uma redefinição das formas de como as decisões são tomadas dentro do Estado, têm-se mudanças também no modo como Estado e sociedade se relacionam. Logo, percebe-se confluência na formação de um espaço público em que é possível debater interesses comuns e particulares, especificidades e diferenças, com o reconhecimento da legitimidade dos conflitos envolvidos. Ainda em sua análise a respeito dos movimentos sociais, Dagnino propõe pensá-los como redes, ou seja, como sujeitos políticos coletivos e múltiplos, heterogêneos, em que os mais diversos setores da sociedade estão presentes e há o compartilhamento de princípios básicos, como o de participação social, cidadania e democracia.
- f) O último ponto iluminado pela autora, e entendido como consequência dos demais, diz respeito à constituição da nova cidadania como um referencial teórico e político capaz de dar conta da diversidade de questões que estão emergindo nas sociedades latino-americanas, pela incorporação das noções de igualdade e de diferença, ou seja, do direito à igualdade e do direito à diferença. Isso porque, ao

entender a cidadania como estratégia política, é possível inferir a incorporação das dimensões subjetivas, dos interesses, das diversas lutas políticas em andamento.

Nessa luta por direitos aparentemente contraditórios – à igualdade e à diferença –, a autora pontua:

No campo da direita, a diferença sempre emerge como afirmação do privilégio e portanto como defesa da desigualdade. No campo da esquerda, no campo da cidadania, a diferença emerge enquanto reivindicação precisamente na medida em que ela determina desigualdade. A afirmação da diferença está sempre ligada à reivindicação de que ela possa simplesmente existir como tal, o direito de que ela possa ser vivida sem que isso signifique, sem que tenha como consequência, o tratamento desigual, a discriminação. Não fora a desigualdade construída enquanto discriminação à diferença, ela não existiria como reivindicação de direito. Concebido nessa perspectiva, me parece que o direito à diferença, específica, aprofunda e amplia o direito à igualdade (Dagnino, 1994, p. 114).

Todo campo político, portanto, é um local de disputas pela fixação de significados, através da apropriação de uns e/ou desapropriação de outros. Para Dagnino, a noção de uma nova cidadania inscreve a esperança de que ela traga respostas aos desafios novos ou velhos impostos pela busca de uma vida melhor.

Acredito que os elos formados a partir da leitura desses autores – Santos, Telles e Dagnino – permitam um entendimento das grandes transformações em curso na sociedade brasileira, no tocante à construção democrática. Vejo os dados empíricos de minha investigação como complementares a esta leitura, além de aprofundarem o debate.

Entendo que a afirmação de Santos quanto à distância entre partidos políticos e conflitos sociais baseia-se no fato de que aqueles se constituíram posteriormente a estes, como conflitos especificamente entre empresários e operários. Tal era o foco. Quanto aos demais conflitos, ou eram negados, ou resolvidos informalmente, ou seja, sem passar pelas instituições do Estado. Com isso, os movimentos sociais que surgiam foram considerados “de superfície”, não mobilizadores e detentores de interesses particulares. Lembro que Santos escreve no início dos anos 1990, quando o Brasil ainda está iniciando seu processo de redemocratização. Falar, portanto, a partir da realidade atual é falar de um contexto que se apresenta um tanto quanto diferenciado. A investigação que ora apresento indica que os caminhos sociais tomados se aproximam da sensibilidade de Telles e Dagnino no que diz respeito aos movimentos sociais como agentes de construção de uma nova gramática social em torno do direito a ter direitos. Nesse

sentido, não se pode enquadrar o Movimento LGBT como um movimento “de superfície” que não mobilize, haja vista as Paradas do Orgulho LGBT realizadas no mundo inteiro e que no Brasil contam com a presença de milhões de pessoas. Considerando-se também a projeção que o Movimento tem na mídia e na atuação do governo e de políticos, fica claro que não se está tratando de um movimento “de superfície”. É certo que entre a fala de Santos e a minha 15 anos se passaram. Durante esse tempo, e mesmo antes, o Movimento vem crescendo e adquirindo solidez. Suas identidades, por meio de debates internos e com a sociedade, vêm se constituindo em sujeitos políticos detentores de uma agenda própria.

As observações de campo expostas no capítulo anterior legitimam a afirmação de que, quanto à causa LGBT, os partidos políticos não estão tão distantes como retratou Santos quanto às questões capital/trabalho na origem dos partidos. Ainda que institucionalmente as reivindicações LGBT não sejam defendidas, na atuação de seus políticos, a interlocução pode ser percebida. Talvez isso se dê pelas mudanças pelas quais os partidos políticos estão passando, enquadrando-se cada vez mais na tipologia de partidos pega-tudo.

Recentemente, participei como observadora da I Conferência Estadual de Políticas Públicas para LGBT no Rio de Janeiro. O evento objetivava discutir uma série de propostas que foram apresentadas em uma Conferência Nacional e que iriam alimentar o *Programa Brasil Sem Homofobia*, além de fomentar a implantação de um programa semelhante no Estado do Rio de Janeiro. A Conferência foi palco de um debate político envolvendo os Governos Estadual e Federal, parlamentares e o próprio movimento LGBT. Com um discurso apurado, o Movimento deu voz a cada uma de suas identidades como atores políticos com demandas específicas, ao mesmo que convergiu a um pleito único em torno do reconhecimento da legitimidade de suas diferenças e do direito de igualdade em face dos direitos já vivenciados pelos heterossexuais. Dessa forma, têm-se a extensão de direitos já consolidados e a proposição de novos direitos, em um debate para consolidação de regras de reciprocidade social embasada em uma nova gramática, não a da negação do conflito, mas a do reconhecimento do outro como detentor de direitos legítimos.

Um outro aspecto que o evento ressaltou diz respeito a mudanças na própria institucionalidade democrática. Não se está mais falando de uma política de corredor executada por grupos de empresários nos primórdios democráticos,

conforme delineou Santos. O que se tem agora é um debate público, no qual estão participando não só o Movimento LGBT, porém vários outros atores sociais, como interlocutores ou mesmo detentores de reivindicações próprias, em um adensamento do debate político, pluralizado no âmbito da esfera pública.

Objetivando perscrutar um possível diálogo entre o Movimento LGBT e os partidos políticos, um caminho foi percorrido para investigação. Primeiramente, apresentou-se a forma como a percepção de sujeito foi se alterando ao longo do tempo conforme o desenrolar histórico. Por outro lado, e por vezes se sobrepondo, delineei, ainda que sucintamente, o processo de constituição das identidades LGBT como sujeitos políticos, em um contexto de destradicionalização, de fragmentação do “eu”, de explosão de novas subjetividades e de reflexividade pessoal e institucional, em que as biografias são ressignificadas continuamente. Um jogo de poder perpassa esses processos, um poder difuso que atravessa tudo e todos, sendo sempre parte de uma estratégia, que institui saberes, verdades que legitimam seus efeitos. Um jogo fluido em que as posições de *outsiders* e estabelecidos se alternam por efeito e por exercício do próprio poder.

A pluralidade de novas subjetividades, múltiplas identidades, organizadas em movimentos sociais, provoca o adensamento do debate político, apresentando aos partidos políticos novas reivindicações a representar, distantes do clássico escopo capital/trabalho. A convivência com novos atores sociais e a multiplicação de canais/espacos de participação democrática direta implicando um transbordamento democrático parecem produzir uma crise partidária, que desconsidera a própria capacidade histórica dos partidos em se adaptarem às mudanças.

Os dados obtidos demonstram entrelaçamento e interlocução crescente entre os partidos e o Movimento LGBT. Não uma capilaridade instituída por estatutos ou programas, porém aquela do face a face, do jogo que se constitui jogando, baseado em um cálculo político individual. Exemplo disso são as Frentes Parlamentares LGBT de caráter suprapartidário e que se constituem em um importante interlocutor entre o Movimento e os demais parlamentares. A despeito da significativa adesão de 40% dos deputados federais à Frente pela Cidadania

GLBT,² apenas um projeto de lei defendido pelo Movimento foi até agora aprovado pela Câmara e encaminhado ao Senado. O pouco êxito obtido nessa esfera do Poder Legislativo pode indicar um cálculo político prudente que busca sintonia entre a representação política e os humores da sociedade.

Entretanto, o paradoxo está no contraste provocado pelas conquistas do Movimento nas esferas municipal e estadual do Legislativo, bem como no Executivo e no Judiciário. À parte as especulações, uma nova pesquisa deve ser empreendida, a fim de mapear as razões que possam efetivamente justificar tal hiato.

Destaco, por fim, que a luta LGBT é uma luta organizada estrategicamente, fluida, aquosa, capaz de adentrar o Poder Público, onde pode haver interlocução e debate em torno de sua agenda política. Da mesma forma, por meio da reivindicação dos direitos à igualdade e à diferença, une-se a outros movimentos identitários, no âmbito da esfera pública, empreendendo a importante tarefa de promoção de uma nova sociabilidade, que reconheça o “outro” como detentor de direitos legítimos e a diversidade como um valor primordial.

² A despeito da recente mudança no nome do Movimento para LGBT, mantenho a sigla anterior, para manter fidedignidade à publicação oficial da Frente.